



NOTA DE REPÚDIO E ESCLARECIMENTO

A Liga Paraibana em Defesa da Cannabis Medicinal (Liga Canábica), o Projeto de Pesquisa e Extensão em Cannabis Medicinal da UFPB (Pexcannabis), o Instituto Revertendo o Autismo (IRA) e a Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis (SBEC), vem, por meio desta nota, manifestar seu total repúdio às declarações feitas na última quinta-feira, dia 25 de abril, na Câmara Municipal de João Pessoa, pelas vereadoras Eliza Virgínia (PP) e Raíssa Lacerda (PSD), com relação à aprovação, pela Assembleia Legislativa da Paraíba, do Projeto de Lei 268/2019, de autoria da Deputada Estela Bezerra (PSB), que institui o dia 07 de maio como Dia Estadual de Visibilidade da Cannabis Terapêutica. Proposta que amplia para o âmbito estadual Lei Municipal de idêntico teor, de autoria do Vereador Tibério Limeira, que teve aprovação quase unânime na Câmara Municipal, fato que muito alegrou os pacientes que necessitam da cannabis terapêutica, seus familiares e todos os que trabalham pelo direito à saúde desses pacientes.

Esclarecemos inicialmente, que as propostas legislativas em referência são fruto de uma construção coletiva com os pacientes, familiares e demais sujeitos envolvidos na defesa do uso terapêutico da cannabis, e tem o intuito de dar visibilidade a um problema de saúde pública, que é a falta de acesso aos tratamentos com esta planta, decorrente, sobretudo, do preconceito e das limitações impostas pela legislação, mesmo considerando que se trata do Direito à Saúde.

As declarações das Vereadoras acima citadas desqualificam a luta intensa travada todos os dias por aqueles que padecem de doenças crônicas, incuráveis e incapacitantes, e para os quais a cannabis tem se mostrado como a única opção terapêutica capaz de minimizar o sofrimento e melhorar a qualidade de vida.

Insinuar que a nossa luta tem o intuito de promover o uso problemático de drogas e fazer prevalecer a visão de certa corrente política é uma afronta e um desrespeito à situação de dor e sofrimento experimentada todos os dias por aqueles que, tendo na cannabis sua última esperança de tratamento, não conseguem ter acesso a essa terapêutica em razão principalmente da proibição e da falta de políticas públicas que garantam a realização de pesquisas, a prescrição e o acompanhamento médico, a produção nacional, o direito ao autocultivo, entre outras demandas.

Declarações dessa natureza demonstram a necessidade de mais diálogo, mais informação, mais empatia, mais humanidade e mais respeito, sobretudo por parte daquelas e daqueles que foram escolhidos pela população para serem sua voz na construção de uma sociedade mais justa.

Reafirmamos nosso empenho na luta pelo direito à saúde de todos os que necessitam da cannabis para o alívio de suas dores e nos colocamos à disposição, inclusive das vereadoras citadas, para os esclarecimentos necessários, para a promoção de uma cultura de acolhimento e para a construção de políticas públicas de cannabis terapêutica que garantam aos pacientes, tantas vezes invisibilizados pelo preconceito, o pleno acesso à saúde e a uma vida com mais dignidade.

João Pessoa, 28 de abril de 2019.